



PROJETO DE LEI Nº ___, DE 2025
(Deputado Federal Marcelo Álvaro Antônio)

Dispõe sobre a proteção do direito à participação política e à livre manifestação do pensamento eletivo, candidatos e partidos políticos em plataformas digitais no período eleitoral e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º Esta Lei estabelece garantias para a preservação e proteção de perfis, páginas, contas e canais de titulares de mandato eletivo, candidatos, pré-candidatos e partidos políticos em plataformas digitais durante o período eleitoral, vedando sua suspensão, exclusão ou bloqueio, salvo nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – *Período eleitoral*: o lapso temporal fixado pela legislação eleitoral, especialmente aquele previsto no art. 236 do Código Eleitoral e normas correlatas;

II – *Plataforma digital*: provedor de aplicação de internet que hospede, intermedie ou disponibilize perfis, páginas, contas ou conteúdos a usuários no Brasil, ainda que sediado no exterior.

Art. 3º É vedado, no período eleitoral, que plataformas digitais, por iniciativa própria, ou por determinação administrativa ou judicial:

I – excluam, suspendam, bloqueiem, tornem indisponíveis ou impeçam o funcionamento de perfis, páginas, contas ou canais pertencentes:

- a) candidatos e pré-candidatos;
- b) partidos políticos e coligações;
- c) titulares de mandato eletivo;

II – adotem qualquer outra medida que impeça ou restrinja a divulgação de propaganda eleitoral lícita ou a apresentação de propostas e ideias por tais sujeitos.

Art. 4º A vedação prevista no art. 3º não se aplica quando houver comprovação, por meio de decisão judicial específica e fundamentada, da prática de crime constante do rol taxativo disposto no Anexo Único desta Lei.



§ 1º Nas hipóteses do caput, a remoção ou indisponibilização deverá:

- I – indicar de forma precisa o perfil, página ou conta atingida;
- II – assegurar contraditório e ampla defesa, salvo impossibilidade devidamente fundamentada;
- III – ser reexaminada por órgão colegiado em até 48 (quarenta e oito) horas, quando proferida por decisão monocrática.

§ 2º Quando o conteúdo envolver exploração sexual de criança ou adolescente, a remoção poderá ocorrer de forma emergencial, mediante notificação da autoridade pública competente, sem prejuízo de posterior controle judicial.

Art. 5º É vedada a expedição de ordem genérica ou indeterminada que implique suspensão massiva de perfis, páginas ou contas de agentes políticos durante o período eleitoral.

Art. 6º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará a plataforma às seguintes sanções, aplicadas cumulativa ou alternativamente:

- I – multa de até 20% do faturamento bruto no Brasil no último exercício, a ser definida em regulamento;
- II – obrigação de restabelecer imediatamente o perfil, página ou conta;
- III – indenização por danos materiais e morais;
- IV – suspensão temporária de funcionalidades comerciais no território nacional.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO

Rol taxativo de crimes que autorizam a remoção de perfis durante o período eleitoral

I – Crimes hediondos previstos na Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, tais como:

- a) homicídio qualificado;
- b) latrocínio;
- c) estupro;
- d) estupro de vulnerável;
- e) genocídio;
- f) tortura;
- g) extorsão mediante sequestro qualificada com morte;
- h) outros expressamente enumerados na referida lei;

II – Crimes contra a dignidade sexual de criança e adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), especialmente:

- a) produção, divulgação, armazenamento ou transmissão de pornografia infantil;
- b) aliciamento, exploração sexual e outras formas de violência sexual



contra criança ou adolescente;

III – Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual ou laboral;

IV – Atos de terrorismo, conforme tipificação em lei específica;

V – Crimes inafiançáveis e de extrema gravidade previstos na Constituição Federal e na legislação penal.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei busca assegurar a plena efetividade dos direitos políticos e da liberdade de expressão durante o período eleitoral, protegendo candidatos, partidos e titulares de mandato contra atos unilaterais de plataformas digitais ou ordens judiciais arbitrárias que possam prejudicar o regular andamento de campanhas e, por consequência, a própria democracia.

A Constituição Federal consagra o pluralismo político, a liberdade de manifestação do pensamento e o devido processo legal (arts. 5º, IV, IX, LIV e LV; art. 14; art. 17). O Código Eleitoral, no art. 236, prevê proteção especial aos eleitores e candidatos no período eleitoral, inclusive com restrição a prisões, salvo em casos de flagrante ou crimes inafiançáveis.

Em tempos de comunicação digital massiva, o bloqueio ou remoção de perfis políticos equivale, na prática, a impedir comícios e reuniões públicas, ferindo direitos fundamentais e podendo distorcer a disputa eleitoral.

O rol taxativo previsto no Anexo Único garante que apenas crimes de extrema reprovabilidade social, como os hediondos e aqueles contra crianças, possam ensejar medidas de remoção durante o período eleitoral, preservando-se a proporcionalidade e a segurança jurídica.

Trata-se, portanto, de instrumento legislativo necessário para fortalecer a democracia brasileira, impedir abusos e garantir que a vontade popular se manifeste de forma livre e informada.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2025.

MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO
Deputado Federal– PL / MG

